

SE25. Maternidades destituídas, violentadas e violadas

Coordenação: Débora Allebrandt (UFAL), Taniele Cristina Rui (Unicamp)

Sessão 1 - Maternidades destituídas

Participante(s): Ariana Oliveira Alves (Pagu/Unicamp), Raquel Mombelli (UFSC), Rosiane Rodrigues de Almeida (INCT-InEAC-UFF), **Debatedor(a):** Odja Barros Santos (Igreja Batista do Pinheiro)

Sessão 2 - Maternidades violentadas

Participante(s): Ana Paula Gomes de Oliveira (Mães de Manguinhos), Luciane de Oliveira Rocha (Kennesaw State University), Miriam Duarte Pereira (Amparar / UFABC)

Debatedor(a): Juliana de Farias Mello e Lima (Pagu/Unicamp)

Sessão 3 - Maternidades violadas

Participante(s): Bruna Fani Duarte Rocha (UFSC), Débora Allebrandt (UFAL), Fátima Weiss de Jesus (UFAM), Maria Paula Prates (UCL)

Resumo:

Este Simpósio Especial agrega a Comissão de Direitos Humanos e os Comitês de Cidadania, Violência e Gestão Estatal; e de Gênero e Sexualidade da ABA para pensar conjuntamente o tema dos direitos sexuais e reprodutivos, enfocando situações empíricas que refletem sobre violências praticadas contra mulheres em suas diversas experiências de maternidades. Fazendo convergir pesquisadoras e militantes sociais, o simpósio está organizado em 3 seções: a primeira, maternidades destituídas, aborda casos de retirada de crianças de mulheres quilombolas, em situação de rua e de comunidades de terreiro. Alegando que seus modos de vida e/ou as condições de pobreza são inadequados, a retirada de crianças e seu envio para abrigos tem sido uma tônica presente nas decisões do judiciário brasileiro, em flagrante violação à Constituição Federal e ao Estatuto da Criança e o Adolescente (ECA). A segunda seção toca no tema das mães que tiveram as suas maternidades violentadas em decorrência da intervenção estatal em favelas e comunidades pobres, que resultaram na morte e/ou no encarceramento de seus filhos, na sua ampla maioria jovens negros e marginalizados. Sem direito ao luto, não só tiveram suas experiências de maternidade interrompidas pela violência do Estado brasileiro, como foram lançadas em condições desiguais ao labirinto jurídico. A mobilização dessas mães é crescente e representa hoje uma das vozes mais atuantes na crítica ao Estado de direito contemporâneo. A terceira seção explora a maternidade a partir da vivência da violência obstétrica. As pesquisas reunidas aqui aproximam a violência obstétrica como uma violência de gênero, atentas às facetas do racismo obstétrico e suas implicações para a governança reprodutiva, a necropolítica e a iatrogênese. Ao explicitar estas destituições, violências e violações que se atrelam à (re)produção de profundas desigualdades sociais, debateremos o lugar do Estado para tensionar contextos em que a garantia de direitos figura como objeto de luta íntima e política ou mesmo como obstáculo ao exercício da maternidade. Por fim, também será possível refletir sobre modos distintos e alternativos de exercício da maternidade, forçados pela luta e pelo luto.

33ª Reunião Brasileira de Antropologia - RBA

A 33ª Reunião Brasileira de Antropologia (RBA) foi realizada de forma on-line, pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e em parceria com a Universidade Federal do Paraná (UFPR), entre os dias 28 de agosto a 03 de setembro de 2022.

Às vésperas do bicentenário da Independência política do Brasil, a entidade mais antiga das Ciências Sociais do país – Associação Brasileira de Antropologia (ABA) - realizou o evento que contou com a participação de mais de 2 mil pesquisadores/ pesquisadoras da Antropologia e área afins oriundos da América Latina, América do Norte, Europa e África.

A programação contou com: 76 Grupos de Trabalhos, 32 Simpósios Especiais, 54 Mesas Redondas, 05 Oficinas, 04 Minicursos, 04 Conferências, 06 Reuniões de Trabalho, Lançamentos de Livros, Atividades do Prêmio Pierre Verger (Mostras de filmes, ensaios fotográficos e desenho); Feira de Livros e diversas premiações (Prêmio Pierre Verger, Prêmio Lévi-Strauss, Prêmio Lélia Gonzales, Prêmio Heloisa Alberto Torres, Prêmio Antropologia e Direitos Humanos, Prêmio de Ensino de Antropologia, Prêmio de Divulgação Científica, além da Medalha Roquette Pinto).

A Reunião permitiu à comunidade antropológica reafirmar seus compromissos com os direitos dos povos indígenas, com as populações das periferias, com as comunidades quilombolas, LGBTQI+ e de favelas. Se tratou de um evento de primeira grandeza para a Antropologia nesses tempos em que os direitos básicos estão ameaçados, possibilitando a reflexão, o questionamento e o pensar sobre os desafios e dilemas da atualidade.

Realização:



Apoio:



Organização:

